



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES  
2004**

Relatório das atividades da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados no ano de 2004.

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
Membros da CDHM.....	03
Funcionários da CDHM .....	05
O que é a Comissão de Direitos Humanos e Minorias.....	06
Apresentação – Direitos Humanos em 2004 .....	08
Direitos Humanos e autoridades estrangeiras .....	10
Moções da CDHM.....	11
Denúncias recebidas pela CDHM em 2004 .....	13
A CDH e o Orçamento da União .....	16
Demonstrativos dos Requerimentos aprovados em 2004 .....	17
Eventos realizados .....	30
- Audiências Públicas .....	30
- Seminários.....	40
- VIII Conferência Nacional de Direitos Humanos .....	43
- Encontro com os maiores anunciantes em rádio e televisão .....	45
- Campanha: "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" .....	46
Subcomissão .....	47
Missões Externas.....	47
Projetos aprovados na CDHM em 2004 .....	48

## MEMBROS DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

PRESIDENTE: **Deputado MÁRIO HERINGER** (PDT/MG)

última atualização: 15/12/2004

1º VICE-PRESIDENTE: **Deputado LUIZ COUTO** (PT/PB)

2º VICE-PRESIDENTE: **Deputado JAIRO CARNEIRO** (PFL/BA)

3º VICE-PRESIDENTE: **Deputado ZELINDA NOVAES** (PFL/BA)

DEPUTADO	PARTIDO	EST.	GAB.	TELEFONE
FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	307	215-5307
GERALDO THADEU	PPS	MG	248	215-5248
IRINY LOPES	PT	ES	267	215-5267
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	420	215-5420
JOAQUIM FRANCISCO	PTB	PE	425	215-5425
LEONARDO MATTOS	PV	MG	914	215-5914
LUCI CHOINACKI	PT	SC	282	215-5282
LUIZ COUTO	PT	PB	442	215-5442
MARIA LUCIA	PMDB	RJ	533	215-5533
MÁRIO HERINGER	PDT	MG	212	215-5212
ORLANDO FANTAZZINI	PT	SP	579	215-5579
PASTOR FRANCISCO OLIMPIO	PSB	PE	475	215-5475
THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT	524	215-5524
ZELINDA NOVAES	BL.PFL,PRONA	BA	312	215-5312

**SUPLENTE**

<b>DEPUTADO</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>EST.</b>	<b>GAB.</b>	<b>TELEFONE</b>
ADÃO PRETO	PT	RS	271	215-5271
CARLOS ABICALIL	PT	MT	623	215-5623
CHICO ALENCAR	PT	RJ	848	215-5848
CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP	550	215-5550
EDSON DUARTE	PV	BA	535	215-5535
ENIO BACCI	PDT	RS	930	215-5930
JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	652	215-5652
JOSE LINHARES	PP	CE	860	215-5860
LINCOLN PORTELA	BL. PFL, PRONA	MG	615	215-5615
LUIZ ALBERTO	PT	BA	954	215-5954
MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	471	215-5471
MARCUS VICENTE	PTB	ES	362	215-5362
NILTON BAIANO	PP	ES	618	215-5618
PASTOR REINALDO	PTB	RS	438	215-5438
PAULO GOUVÊA	BL. PL, PSL	RS	641	215-5641

**FUNCIONÁRIOS DA  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**SECRETÁRIO**

Ruy dos Santos Siqueira

**SETOR ADMINISTRATIVO**

Clotildes de Jesus Vasco  
Aldenir Áurea da Silva  
Maria da Consolação Soares  
Maria Herlene Ximenes de Souza Oliveira  
Adriana Dias Godoy

**SETOR DE INFORMÁTICA**

Washington Carlos Maciel da Silva

**SETOR DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO**

Juracema Camapum Barroso  
Maria do Carmo Souza Santos  
Ana Lúcia Dornelles  
Norma Rejane Eaton

**Comissão de Direitos Humanos e Minorias da  
Câmara dos Deputados**

Fones: 55(061) 216-6570  
Fax: 55(061) 216-6580  
E-mail: [cdh@camara.gov.br](mailto:cdh@camara.gov.br)  
Home page: <http://www.camara.gov.br/cdh>  
Endereço: Câmara dos Deputados  
Anexo II - Sala 185 - A - Pavimento Superior  
CEP 70160-900 - Brasília-DF - Brasil

**O QUE É A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS ?**

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) é uma das Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados. Constituída por 18 deputados membros titulares e 18 membros suplentes, é dirigida por um presidente e três vice-presidentes. Teve sua constituição aprovada por unanimidade do plenário da Câmara dos Deputados no dia 31 de janeiro de 1995.

Ao criar o novo órgão técnico, o parlamento brasileiro concretizava uma antiga aspiração das entidades civis ligadas ao tema. A criação de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos vinha sendo sugerida em diferentes ocasiões, sobretudo em relatórios de CPI como a que, em 1993, investigou o extermínio de crianças e adolescentes.

A CDH valeu-se da experiência acumulada por parlamentares que atuaram em legislaturas anteriores da Câmara em comissões que investigaram casos específicos relacionados aos direitos humanos, e por outros que se destacaram como deputados estaduais integrantes de Comissões de Direitos Humanos em Assembléias Legislativas e com trajetória de luta como militantes da área.

A CDH converteu-se de imediato no desaguadouro de denúncias trazidas pela sociedade à Câmara dos Deputados, permitindo uma resposta rápida às violações que ficariam sujeitas à incerta criação de CPI. O Congresso Nacional dotou-se, desta forma, de um instrumento capaz de exercer sua função propositiva e fiscalizadora com a agilidade e amplitude que exigem os direitos humanos, equiparando-se assim aos parlamentos das democracias modernas do mundo.

### **Atividades**

Além de receber e encaminhar denúncias e de fiscalizar os órgãos de Estado, a CDH trabalha como autora de proposições legislativas (projetos de lei, emendas, indicações, requerimentos) e este ano, com a reforma do regimento interno, passou a chamar Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a condição de comissão de mérito, ou seja, passou a deliberar qualquer tipo de proposição.

A cooperação com outras instituições públicas e com a sociedade civil é outra missão regimental da CDH. Audiências Públicas, seminários e outros eventos são realizados constantemente com a parceria dessas entidades. É sistemática a comunicação entre a comissão e organizações não-governamentais, instituições públicas, órgãos de imprensa e organismos internacionais no planejamento de suas atividades. A CDH tornou-se, para as entidades atuantes em direitos humanos, uma importante referência política, um suporte institucional qualificado e um organismo disposto a colaborar nas atividades da área.

No plano internacional, a CDH acompanha o trabalho dos organismos responsáveis por direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) e ONGS internacionais, mantendo mútua cooperação com base nos instrumentos internacionais de que o Brasil é signatário. Desta forma, a CDH contribui para a integração do País no sistema

global e regional de proteção dos direitos humanos.

O regime jurídico da CDH, previsto pela Resolução nº 80/95, da Câmara dos Deputados, enumera, além das competências comuns a todas as demais comissões permanentes, as seguintes atribuições: "recebimento, avaliação e investigação de denúncias relativas à ameaça ou violação de direitos humanos; fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos; colaboração com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos; pesquisa e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública.

Deputado Mário Heringer (PDT/MG),  
Presidente da Comissão de Direitos  
Humanos e Minorias

No exercício do meu primeiro mandato de deputado Federal tive a grata satisfação de ser indicado pelo meu Partido Democrático Trabalhista - PDT para assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Aceitei o desafio de conduzir esta Comissão. Na condição de médico percebi no primeiro momento que este órgão da Câmara dos Deputados tem características totalmente distintas, que iria nos obrigar a ter um envolvimento diário e um ritmo intenso diante dos inúmeros reclamos de um Brasil totalmente desconhecido e excluído dos direitos fundamentais e humanos.

É um órgão que de imediato exige uma conduta parlamentar e administrativa totalmente comprometida com o humanismo e solidariedade humana. Uma Comissão que nos revelou um outro Brasil para além dos olhares do senso comum e da idéia de que direitos humanos significa proteger cidadãos "fora da lei".

Vale destacar que mesmo diante de um ano de eleições municipais esta Comissão manteve o seu intenso ritmo de trabalho, principalmente em face de suas novas atribuições imposta pela resolução n.º 20 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, passando a incorporar o direito de apreciar e votar todos projetos afetos à sua área de atuação que tramitam no Parlamento Brasileiro, além de intervir nas questões relacionadas às Minorias.

No transcurso de ano debruçamos em diversas atividades. Desde o início do nosso mandato, apoiamos integralmente a realização da XIX Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Sem qualquer ressalva de nossa parte, agimos consciente de que este evento, apesar de ter sido gestado no âmbito desta Comissão, tornou-se uma referência nacional, nos revelando que a construção de um outro Brasil para todos os brasileiros passa pela relação permanente de diálogo e parceria entre o Legislativo, Executivo, Judiciário e sociedade civil organizada. Em momento algum tivemos dúvida de que a Conferência Nacional de Direitos Humanos é um lugar de todos os cidadãos que sonham, lutam e militam em prol da consolidação dos direitos humanos no Brasil.

Durante o exercício da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias me foi revelado um outro Brasil, composto de milhões de brasileiros que histórico e socialmente continuam desamparados pelo Estado brasileiro. Homens e mulheres de diversos recantos do nosso imenso País trazem para esta Comissão as suas últimas esperanças de ver os seus direitos serem respeitados e assegurados.

Foram denúncias de maus-tratos as nossas crianças e adolescentes; de descaso na saúde pública em diversos Estados brasileiros, de maus-tratos aos idosos; das más condições de trabalhos das Policias Militares do

País; de omissão e morosidade do Judiciário com as pessoas desprovidas de advogados e direitos à defensoria pública; de brasileiros humilhados e ultrajados no Exterior, muitas vezes sem assistência das Embaixadas; de trabalhadores em condições de escravos; da má qualidade da programação televisiva; de presos pobres abandonadas nos presídios por falta judiciária;

Em momento bastante delicado nas conduções dos trabalhos da Presidência, tivemos que enfrentar a malfadada história dos arquivos referente ao período da ditadura militar. Mesmo diante da grande repercussão em torno das supostas fotos de Wladimir Herzog não hesitei em recomendar aos nobres pares a devida cautela recomendando-lhes a perícia das fotos como forma de resguardar o bom nome desta Comissão junto a opinião pública brasileira e internacional. A própria imprensa encarregou de desfazer o equívoco fotográfico, numa evidência de que estávamos certos ao agirmos com prudência e acuidade institucional e política. Contudo não abrimos mão de dar continuidade a busca da verdade oculta nesses documentos desaparecidos, com intuito de selar de vez a caixa de fantasma que assombram de tempos em tempos a estabilidade democrática brasileira

Enfim, a experiência de Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, propiciou-me o alargamento da minha atuação política e partidária e, principalmente dando-me pleno convicção de que podemos desenvolver o nosso mandato em um ambiente muitas vezes árido e frio, sem perder a ternura e o medo de encontrar inúmeras pessoas que transitam semanalmente na Câmara dos Deputados, com os seus rostos marcados pela injustiça, violência, preconceito e o descaso governamental.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias é o lugar daqueles que muitas vezes são recusados e preteridos em outros espaços institucionais em razão da frieza e do desprezo de burocratas que não têm a devida compreensão humanista de que essas pessoas: jovens, crianças, adolescentes, homens e mulheres, presos pobres e idosos, quando nos buscam o fazem convictos de que seus direitos foram violados e que apenas pedem justiça. Cresce hoje o respeito a esses direitos e isso graças ao trabalho de todos os deputados que nos antecederam nessa Comissão e de todos os atuais membros dessa Comissão. Homem e mulheres que merecem o meu mais profundo respeito e admiração. Abdicam das posições políticas certas para se colocarem simplesmente nas posições das coisas certas.

O meu abraço e agradecimentos a todos.

**Autoridades estrangeiras recebidas pela Comissão de Direitos Humanos em**

## **2004**

16/03/2004 - CDHM recebe em audiência o Sr. Grant Sinclair - Presidente do Tribunal Canadense dos Direitos Humanos e a Sra. Maureen Armstrong - Representante da Comissão dos Direitos Humanos Canadense.

03/06/2004 – CDHM, juntamente com a Comissão de Desenvolvimento Urbano recebe em audiência o Relator da Organização das Nações Unidas para o Direito à Moradia – Millon Kotari

06/10/2004 - Comissão de Direitos Humanos recebe delegação composta de 3 parlamentares da Angola, integrantes das Comissões de Direitos Humanos e Constitucional da Assembléia Nacional daquele país – os Deputados Milton Malheiro da Silva, Domingos Mutaleno e Alexandre Sebastião André – e, ainda, o Chefe do Escritório dos Direitos Humanos das Nações Unidas em Angola, Sr. Vegard Bye.

A visita da delegação teve como objetivo a troca de experiências entre diferentes modelos de instituições dedicadas aos direitos humanos na América Latina.

## **MOÇÕES**

## **Moção de solicitação de clemência a o cidadão brasileira**

*A Comissão de Direitos Humanos do Congresso brasileiro dirige-se, respeitosamente, ao Parlamento da Indonésia na esperança de contar com sua colaboração para que seja concedida clemência a um cidadão brasileiro, Marcos Archer, condenado à morte por um tribunal indonésio.*

A Comissão de Direitos Humanos do Congresso brasileiro dirige-se, respeitosamente, ao Parlamento da Indonésia na esperança de contar com sua colaboração para que seja concedida clemência a um cidadão brasileiro, Marcos Archer, condenado à morte por um tribunal indonésio.

Nossa gestão é resultado de um pedido da mãe do prisioneiro, Sra. Carolina Archer Pinto. Informamos também que nossa luta não se limita ao fato de senhor Marcos Archer ser brasileiro. A pena de morte não existe na legislação brasileira e acalentamos um sonho: de todos os países que ainda a adotam, revejam sua posição no futuro.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2004.

Deputado Mário Heringer  
Presidente

## **Moção de apoio à investigação das mortes dos integrantes do MST**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias expressa o seu sentimento de solidariedade e pesar aos familiares dos trabalhadores rurais mortos: Iraquiar Gomes da Silva, Juvenal Jorge da Silva, Francisco Ferreira do Nascimento, Joaquim José dos Santos e Miguel José dos Santos e dos 13 feridos, vítimas de pistolagens na Fazenda Terra Prometida, no Município de Felisburgo, Minas Gerais.

A morte dos trabalhadores rurais do Movimento dos Sem-Terra causou indignação e perplexidade por parte daqueles que lutam pela consolidação da justiça social, dos direitos fundamentais e direitos humanos no País. É inegável que os crimes deixaram a sociedade numa situação de desconforto político e ético, perante à opinião pública internacional e aos organismos internacionais.

Como guardião da luta pelos os direitos sociais, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias refuta a prática de ação armada de qualquer setor social que se julga no direito de sobrepujar a ação do Estado no seu papel Constitucional e Institucional de

mediador e interlocutor entre as partes conflitantes concernente ao direito ao uso da terra e da propriedade.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias reconhece a gravidade e o risco de novos conflitos em razão da desigualdade agrária ainda existente na zona rural do País. Tem a consciência de que o Estado encontra-se num grande dilema de enfrentar o problema de forma imediata em decorrência dos valores colonizadores e escravocratas, impondo-nos um processo civilizatório, sedimentado na ocupação e acumulação desmedida das terras brasileiras.

Diante desta pesada e questionável herança, a nação continua a assistir, em pleno Século XXI, uma luta inglória e despropositada de brasileiros contra brasileiros, numa autêntica batalha campal que não terá vencedores e sim, vidas de idosos, crianças, adolescentes e mulheres, ceifadas pela intransigência e radicalismo descomunal.

Entendemos que o Governo e a sociedade brasileira precisa urgentemente colocar a questão fundiária com prioridade absoluta. É notório o esforço do Governo Federal em dar celeridade à reforma agrária e da sua imediata ação em deslocar o seu efetivo institucional para buscar elucidar a morte e o ferimento de trabalhadores rurais do MST.

No entanto, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias compreende que é necessário e imprescindível a atuação contínua da Polícia Federal e do INCRA adotando uma política permanente de prevenção e de investigação, para que se possa evitar mortes anunciadas nos embates sobre legitimidade e o direito de uso da propriedade que começa a preocupar as pessoas de bem e se visibilizar em diversas regiões geográficas.

A Comissão reitera o seu apoio ao processo investigativo instaurado pelo Ministério Público na expectativa de que um esforço conjunto entre o Executivo, Judiciário e o Legislativo, será de fundamental importância para combatermos a impunidade e grupos de milícias privadas que tanto causa mal estar ao conjunto da sociedade brasileira.

*Sala das Comissões, 23 de novembro de 2004*

Deputado **MÁRIO HERINGER**  
Presidente

**Denúncias recebidas pela CDH no ano 2004  
período**

Um dos principais campos de atividades da Comissão de Direitos Humanos é o recebimento e processamento de denúncias que chegam por diferentes meios de todo o país e por vezes do exterior.

Usando das atribuições da CDH, as denúncias são checadas e são requeridas providências e soluções às instituições e autoridades responsáveis por cada caso. Para se ter uma idéia da natureza dos problemas denunciados, veja o quadro a seguir, como o registro das denúncias recebidas e encaminhadas pela CDH durante o ano 2003.

<b>Classificação</b>		<b>Total de Processos</b>
<b>CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b>		
100.04.02.0	Exploração Sexual	1
100.04.03.0	Tráfico do órgãos	1
100.04.04.0	Tortura	3
100.04.05.0	Assassinato	1
100.04.07.0	Violência sexual	6
100.04.08.0	Desaparecimentos	1
100.04.11.0	Arbitrariedades policiais	1
100.04.13.0	Constrangimento	2
100.04.16.0	Agressões	1
100.04.18.0	Maus tratos	2
<b>Total:</b>		<b>19</b>
<b>DIREITOS INDIVIDUAIS/COLETIVOS</b>		
100.05.01.0	Constrangimento	8
100.05.02.0	Pendências judiciais	6
100.05.03.0	Punições judiciais	1
100.05.05.0	Manifestações de inconformismo	11
100.05.06.0	Solicitações de intervenção	15
100.05.07.0	Arbitrariedades judiciais	8
100.05.08.0	Arbitrariedades Administrativas	13
100.05.09.0	Brasileiros no exterior	9
100.05.10.0	Irregularidades Financeiras	1
100.05.11.0	Reivindicações diversas	52
100.05.12.0	Irregularidades trabalhistas	3
100.05.13.0	D.H. e a Internet	1
100.05.15.0	D. H. e saúde pública	4
100.05.17.0	D.H e sindicatos	1
100.05.18.0	Denúncia vazia	2
100.05.19.0	D. H. e meio ambiente	1
<b>Total:</b>		<b>136</b>

**DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E MINORIAS**

100.03.00.0	DISCRIMINAÇÃO, RACISMO E MINORIAS	2
100.03.01.0	Negros	5
100.03.02.1	Prostituição	1
100.03.03.0	Homossexuais	2
100.03.04.0	Deficiente	1
100.03.06.0	Índios	6

**Total:** 17

**VIOLÊNCIA NO CAMPO**

100.02.03.0	Assassinatos	3
100.02.04.0	Presos e prisões	4
100.02.07.0	Ameaças	1
100.02.07.1	Ameaças de morte	3
100.02.08.0	Trabalho escravo	5
100.02.09.0	Julgamentos	1
100.02.10.0	Áreas em litígio	1
100.02.11.0	Assentamentos	1
100.02.14.0	Conflitos Agrários	5

**Total:** 24

**VIOLÊNCIA URBANA**

100.01.01.0	Chacinas	1
100.01.02.0	Torturas	14
100.01.03.0	Assassinatos	15
100.01.04.0	Desaparecidos	1
100.01.06.0	Anistiados políticos	3
100.01.07.0	Presos e prisões	66
100.01.08.0	Atentados	1
100.01.09.0	Arbitrariedades policiais	30
100.01.10.0	Crime organizado	3
100.01.12.0	Presos no exterior	1
100.01.13.0	Grupos de extermínio	4
100.01.14.0	Ameaças	16
100.01.14.1	Ameaças de morte	18
100.01.15.0	Negligência médica	4
100.01.16.0	Demissões	2
100.01.17.0	Narcotráfico	1
100.01.20.0	Agressões	5
100.01.22.0	Arbitrariedades militares	10

100.01.23.0	Maus tratos	1
100.01.24.0	Sequestros	1
100.01.25.0	Proteção à testemunha	1
100.01.26.0	Ocupações	3
100.01.27.0	Violência Política	1
<b>Total:</b>		<b>202</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>398</b>	

### A CDHM e o Orçamento da União

#### PROPOSTA DE EMENDAS DA CDH AO ORÇAMENTO DA UNIÃO/2005

<b>PROGRAMAS/AÇÕES</b>	<b>VALOR CONSTANTE NO ORÇAMENTO 2005</b>	<b>VALOR PROPOSTO PELA CDH</b>
<b>PROGRAMA: Proteção de terras indígenas, gestão territorial e etnodesenvolvimento (MJ/FUNAI)</b> <b>1. AÇÃO: Regularização fundiária de terras indígenas (seq. 002173)</b>	16.500.000,00	15.000.000,00
Programa: Brasil Quilombola (Secretária Especial de Política e Promoção da Igualdade Racial) <b>2. AÇÃO: Fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos (seq.001231)</b>	3.500.000,00	40.000.000,00
<b>Programa: Proteção Social ao Idoso (SEDH)</b> <b>3. AÇÃO: Apoio a serviços integrados de prevenção a violência e maus-tratos contra idoso (seq. 001132)</b>	519.121,00	2.000.000,00
Programa: Prevenção e combate à violência contra as mulheres (Secretaria Esp. de Pol. para as Mulheres) <b>4. AÇÃO: Apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência</b>	6.084.530	15.000.000,00
Programa: Direitos Humanos, Direitos de Todos (SEDH) <b>5. AÇÃO: Implantação do Programa “Brasil sem Homofobia” (ação nova)</b>	0,00	10.000.000,00

**REQUERIMENTOS APRESENTADOS EM 2004  
(atualização em 15/12)**

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
001/2004	Orlando Fantazzini	Requerimento nº 001/2004 - do Sr. Orlando Fantazzini, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública sobre o tema: “ <b>Direitos Humanos e Direitos Indígenas</b> ”, para lançamento no Brasil da "Campanha Educativa sobre Direitos Humanos e Direitos Indígenas", do Instituto Interamericano de Direitos Humanos-(IIDH) e do Centro de Proteção Internacional dos Direitos Humanos. <b>APROVADO.</b>
002/2004	Orlando Fantazzini	Requerimento nº 002/2004 - do Sr. Orlando Fantazzini, que requer, nos termos regimentais, a realização do <b>seminário internacional “A Ética na televisão em países democráticos”</b> . <b>APROVADO.</b>
003/2004	Orlando Fantazzini e outros	Requerimento nº 003/2004 - do Sr. Orlando Fantazzini e outros – que requerem, nos termos regimentais, a criação de <b>Subcomissão Permanente de Mídia e Direitos Humanos</b> , que ficará responsável por receber e avaliar denúncias de violação dos direitos humanos na programação de rádio e de televisão bem como de fornecer subsídios ao plenário da comissão no que diz respeito à fiscalização da referida programação. <b>Retirado de pauta a pedido do autor.</b> Conforme acordo, o dep. Orlando Fantazzini foi designado Coordenador da Campanha: Quem financia a baixaria é contra a cidadania".
004/2004	Jairo Carneiro e outros	Requerimento nº 004/2004 - do Sr. Jairo Carneiro e outros - que requerem, nos termos regimentais, a criação e instalação de <b>Subcomissão Permanente</b> sobre o tema: <b>Defesa dos Direitos Fundamentais Contra Atos de Discriminação e Atentatórios da Dignidade Humana. APROVADO com alteração.</b> Segundo acordo, esta Subcomissão passou a denominar-se <b>Subcomissão Permanente de Defesa dos Direitos Fundamentais e de Minorias.</b>
005/2004	Orlando Fantazzini e outros	Requerimento nº 005/2004 - do Sr. Orlando Fantazzini e outros – que requerem, nos termos regimentais, a criação de <b>Subcomissão Permanente</b> para tratar sobre o tema <b>minorias. PREJUDICADO</b> em função da aprovação do requerimento nº 04/2004.
006/2004	Mário Heringer e outros	Requerimento nº 006/2004 - do Sr. Mário Heringer e outros – que requerem, nos termos regimentais, a criação e instalação de <b>Subcomissão Permanente</b> para tratar sobre o tema: <b>Defesa dos direitos humanos na acessibilidade à saúde. APROVADO, com alteração.</b> Segundo acordo, esta Subcomissão passou a denominar-se <b>Subcomissão Especial de Defesa dos Direitos Humanos na Acessibilidade à Saúde.</b>
007/2004	Leonardo Mattos e outros	Requerimento nº 007/2004 - do Sr. Leonardo Mattos e outros – que requerem, nos termos regimentais, a constituição de <b>Subcomissão Permanente</b> sobre o tema: <b>Pró-Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência e Idoso</b> para continuidade dos trabalhos de acompanhamento, debate e fiscalização da implementação dos direitos da pessoa portadora de deficiência e idoso, e proposição de políticas públicas direcionadas a estes segmentos. <b>APROVADO.</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
008/2004	Geraldo Thadeu, Luiz Couto e outros	Requerimento nº 008/2004 - dos Srs. Geraldo Thadeu, Luiz Couto e outros - que requerem, nos termos regimentais (art. 29), a continuidade da <b>Subcomissão Permanente de Combate à Tortura, Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio</b> , que ficará responsável por receber e avaliar denúncias de crimes praticados por agentes do Estado e por grupos de extermínio, além de discutir a política nacional de combate a esses crimes. <b>APROVADO com alteração.</b> Segundo acordo, esta Subcomissão passou a denominar-se <b>Subcomissão Permanente do Sistema Prisional, de Proteção às Vítimas de Violência e de Combate à Tortura, Execuções Sumárias, Grupos de Extermínio e Trabalho Escravo.</b>
009/2004	Enio Bacci	Requerimento nº 009/2004 - do Sr. Enio Bacci - que requer, nos termos regimentais, a criação e a instalação da <b>Subcomissão Especial de Promoção de Políticas Públicas de Assistência e Proteção aos Dependentes de Drogas Ilegais.</b> <b>APROVADO, com alteração.</b> A denominação passou a ser Subcomissão Especial de Assistência e proteção aos dependentes de substâncias que causam dependência física e psíquica.
10/2004	Enio Bacci	Requerimento nº 10/2004 - do Sr. Enio Bacci - que requer, nos termos regimentais, a realização da <b>IX CARAVANA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O TEMA: SAÚDE</b> , para visita às principais capitais do País, para discutir e colher informações sobre a situação dos hospitais públicos credenciados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. <b>APROVADO.</b> (ficou acordado que esta caravana fará parte das atividades da Subcomissão Especial que tratará sobre o tema: Defesa dos direitos humanos na acessibilidade à saúde.)
011/2004	Enio Bacci	Requerimento nº 11/2004 -do Sr. Enio Bacci - que requer, nos termos regimentais, a criação e instalação da <b>Subcomissão Especial de Proteção às Vítimas de Violência.</b> <b>PREJUDICADO. Tema incorporado ao requerimento nº 08/2004, conforme acordo entre os autores.</b>
012/2004	Luiz Alberto e Gilmar Machado	Requerimento nº 12/2004 - dos Srs. Luiz Alberto e Gilmar Machado - que requerem a realização de <b>audiência pública</b> , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Desporto e com a participação do Ministro da Educação, da Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, da Presidenta da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e de professor da Universidade do Estado da Bahia, a fim de debater o programa Universidade para todos do Ministério da Educação. <b>APROVADO.</b>
13/2004	Luiz Eduardo Greenhalgh e Luiz Couto	Requerimento nº 13/2004 - do Sr. Luiz Eduardo Greenhalgh e Luiz Couto - que requerem sejam convidados a comparecer à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em reunião de <b>audiência pública</b> , os senhores Paulo Malhões, José Brant Teixeira e Aldir Santos Maciel, todos coronéis do Exército Brasileiro, a fim de prestarem esclarecimentos sobre as declarações publicadas pela revista Isto É, edição de 24 de março de 2004, a respeito do extermínio de prisioneiros políticos e de desaparecidos no Araguaia. <b>APROVADO, com alteração: inclusão de convite ao autor e ao informante da reportagem.</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
14/2004	Orlando Fantazzini	Requerimento nº 14/2004 - do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, a realização da <b>X "Caravana Nacional de Direitos Humanos", sobre os remanescentes de quilombos</b> , com a finalidade de estabelecer um diagnóstico das políticas públicas e recomendações sobre esta temática <b>APROVADO, com alteração</b> . Inclusão da Frente Parlamentar de Igualdade Racial para atuar em parceria.
15/2004	Geraldo Thadeu	Requerimento nº 15/2004 - do Sr. Geraldo Thadeu - que requer a realização de <b>audiência pública</b> , com a presença do Ministro da Justiça; Presidente do Supremo Tribunal Federal; Procurador-Geral da República e a Secretária de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça, para discussão sobre aspectos da segurança, especificamente a questão dos grupos de extermínio, tortura, sistema prisional e as medidas adotadas. <b>APROVADO</b> .
16/2004	Orlando Fantazzini	Requerimento nº 16/2004 - do Sr. Orlando Fantazzini - que requer a aprovação da presença de servidores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em eventos regionais de articulação da campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania". <b>APROVADO, com alteração</b> . O requerimento ficou com a seguinte redação: "requer a aprovação da presença de servidores da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em todos os eventos regionais de articulação da referida Comissão dentre outras, na campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania" e nas Caravanas Nacionais de Direitos Humanos.
17/2004	Dep. Leonardo Mattos	Requerimento nº 17/2004 - do Sr. Leonardo Mattos - que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , com a presença do Ministro Nilmário Miranda - Secretário Especial dos Direitos Humanos, para debater proposta de resolução da Organização das Nações Unidas-ONU, apresentada pelo Brasil para que os países não discriminem seus cidadãos, em razão de sua orientação sexual. <b>ADIADA A DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A PEDIDO DO AUTOR</b>
18/2004	Dep. Luiz Alberto	Requerimento nº 18/2004 - do Sr. Luiz Alberto - que requer, nos termos regimentais, a realização da <b>Conferência: População Negra em foco - políticas públicas e o Estatuto da Igualdade Racial</b> . <b>APROVADO</b>
19/2004	Dep. Edson Duarte	Requerimento nº 19/2004 - do Sr. Edson Duarte - que requer, nos termos regimentais, seja convidado a participar de <b>audiência pública</b> da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o Ministro de Estado da Justiça - Márcio Thomaz Bastos, com a finalidade de debater a política do governo para os povos indígenas. <b>RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR</b> .
20/2004	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 20/2004 - do Sr. Orlando Fantazzini - que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para discutir os rumos e os instrumentos da Educação em Direitos Humanos no Brasil, com a participação de representantes do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da sociedade civil. Na ocasião, haverá o lançamento oficial do Banco de Dados "Quem é Quem na Educação em Direitos Humanos no Brasil", projeto executado pelo Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. <b>APROVADO</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
21/2004	Dep. Pastor Reinaldo	Requerimento nº 21/2004 – do Sr. Pastor Reinaldo – que requer a designação de <b>Grupo de Parlamentares</b> para audiência junto ao Ministro da Justiça e ao Secretário Especial dos Direitos Humanos para obter maiores informações sobre o destino do Tribunal do Júri do caso das crianças de Altamira/PA. <b>APROVADO</b>
22/2004	Deputado Luiz Couto e Outros	Requerimento nº 22/2004 – do Sr. Luiz Couto e Outros – que solicita a realização de <b>seminário</b> pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para debater e encaminhar propostas relativas à radiodifusão comunitária e os direitos humanos. <b>APROVADO</b>
23/2004	Dep.Dr. Hélio e Mário Heringer	Requerimento nº 23/2004 - dos Srs. Dr. Hélio e Mário Heringer – que requerem a realização de <b>audiência pública</b> para debater o "racismo policial no Brasil", com a participação do Sr. Jonas Sant'Ana, pai do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana, morto em São Paulo por policiais militares; do Dr. José Edísio Simões Souto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Federal; do Sr. Carlos Alberto Caó, Conselheiro da ABI; de liderança nacional no combate à discriminação racial e ainda, de um representante da UNESCO. <b>APROVADO, COM ALTERAÇÕES. INCLUSÕES</b> por sugestão do Deputado Mário Heringer de convite ao Deputado Estadual Sebastião Arcanjo, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e por sugestão do Deputado Luiz Couto de convite à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para participarem da referida audiência.
24/2004	Dep. Leonardo Mattos	Requerimento nº 24/2004 - do Sr. Leonardo Mattos - que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , com a presença do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Sr. Patrus Ananias, para debater os critérios de concessão de benefício de prestação continuada. <b>RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR</b>
25/2004	Dep. Pastor Reinaldo	Requerimento nº 25/2004 – do Sr. Pastor Reinaldo – que requer seja recebido pela Subcomissão Permanente do Sistema Prisional, de Proteção às Vítimas de Violência e de Combate à Tortura, Execuções Sumárias, Grupos de Extermínio e Trabalho Escravo, o Sr. Paulo Airton Pavesi, autor de diversas denúncias como homicídio, desvio de dinheiro público, tráfico de órgãos humanos e ameaça de morte. <b>APROVADO</b>
26/2004	Dep. Edson Duarte e César Medeiros	Requerimento nº 26/2004 - dos Srs. Edson Duarte e César Medeiros - que requerem, nos termos regimentais, sejam convidados representantes do Ministério de Minas e Energia; da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB); da Associação das Empresas Geradoras de Energia e Pesquisadores da área, para em <b>audiência pública</b> , prestarem esclarecimentos sobre a política de construção de barragens e o tratamento devido aos que são atingidos por estas obras. <b>APROVADO</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
27/2004	Dep. Orlando Fantazzini e Eduardo Valverde	Requerimento nº 27/2004 – dos Srs. Orlando Fantazzini e Eduardo Valverde - que requerem, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , com as presenças de representantes do Ministério de Minas e Energia; do Departamento Nacional de Produção Mineral; do Ministério da Justiça; da FUNAI; do Departamento de Polícia Federal; do Ministério de Segurança Institucional e do Ministério do Meio Ambiente, para prestarem esclarecimentos sobre o garimpo de diamantes da reserva indígena Roosevelt, no município de Espigão d'Oeste, em Rondônia e as ações governamentais tendo em vista a grave situação de conflito, entre índios e garimpeiros existente na área. <b>APROVADO</b>
28/2004	Dep. Mário Heringer	Requerimento nº 28/2004 – do Sr. Mário Heringer – que requer seja aprovada e enviada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e à Embaixada de Cuba, Moção de apoio em favor da libertação dos 75 presos políticos cubanos. <b>ADIADA A DISCUSSÃO TENDO EM VISTA AUSÊNCIA DO AUTOR.</b>
29/2004	Dep. Mário Heringer	Requerimento nº 29/2004 – do Sr. Mário Heringer - que requer a realização de <b>audiência pública</b> para debater sobre “relações pessoais e política de combate a discriminação, constrangimento e estigmatização entre os alunos do ensino básico e fundamental. <b>ADIADA A DISCUSSÃO TENDO EM VISTA AUSÊNCIA DO AUTOR.</b>
30/2004	Dep. Luci Choinacki	Requerimento nº 30/2004 – da Sra. Luci Choinacki - que requer a criação de grupo de acompanhamento do processo de prisão irregular do dirigente da Central de Movimentos Populares – CMP, Senhor Luiz Gonzaga da Silva (Gegê). <b>APROVADO, com alteração: retirada a expressão irregular e encaminhamento de ofício ao Ministério Público do Estado de São Paulo, solicitando informações a respeito dos autos do processo que determinou a prisão do Sr. Luiz Gonzaga da Silva.</b>
31/2004	Dep. Chico Alencar	Requerimento nº 31/2004 – do Sr. Chico Alencar – que requer a realização do II Congresso da Associação Brasileira de Homocultura-ABEH, que terá como tema: “Imagem e Diversidade Sexual”, em parceria com a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, com o Programa Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília e com o Centro Cultural Banco do Brasil/DF. <b>APROVADO</b>
32/2004	Dep. Orlando Fantazzini e Fernando Ferro	Requerimento nº 32/2004 – do Sr. Orlando Fantazzini e Fernando Ferro – que requerem, nos termos regimentais, a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da <b>Conferência Nacional dos Povos Indígenas</b> com a finalidade de discutir a situação atual destes segmentos e apresentação de propostas de políticas públicas. <b>APROVADO</b>
33/2004	Dep. Mário Heringer	Requerimento nº 33/2004 – do Sr. Mário Heringer – que requer, nos termos regimentais, a realização da <b>IX Conferência Nacional de Direitos Humanos</b> , no período de 29 e 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2004, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, com o tema: “Construindo o Sistema Nacional de Direitos Humanos”. <b>APROVADO</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
34/2004	Dep. Maria do Rosário	Requerimento nº 34/2004 – da Sra. Maria do Rosário – que requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, <b>audiência pública</b> com a finalidade de discutir o direito das crianças e dos adolescentes de não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos. <b>APROVADO</b>
35/2004	Dep. Iriny Lopes	Requerimento nº 35/2004 – da Sra. Iriny Lopes – que requer a realização, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de <b>audiência pública</b> para discutir o tema: Violência policial no Brasil, com a participação de familiares de vítimas de violência policial; de representantes do Ministério Público; de autoridades responsáveis pela segurança pública e de estudiosos capazes de contribuir com a elaboração de políticas públicas que combatam a violência praticada por policiais no Brasil”. <b>APROVADO</b>
36/2004	Dep. Inácio Arruda, Afonso Gil e José Linhares	Requerimento nº 36/2004 – dos Srs. Inácio Arruda, Afonso Gil e José Linhares – que requerem a realização de <b>audiência pública</b> , com a presença da professora do Departamento de Ciências Sociais e Doutora em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Sra. Peregrina Cavalcante, autora do livro “Como se fabrica um pistoleiro”. <b>APROVADO</b>
37/2004	Dep. Afonso Gil	Requerimento nº 37/2004 – do Sr. Afonso Gil – que requer providências por parte da Comissão de Direitos Humanos a respeito de denúncias de tortura policial contra presos no Estado do Piauí. <b>APROVADO</b>
38/2004	Mário Heringer e Dr. Hélio	Requerimento nº 38/2004 – dos Srs. Mário Heringer e Dr. Hélio – que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> para debater os 15 anos da legislação brasileira contra o racismo. <b>RETIRADO DE PAUTA PELO AUTOR</b>
39/2004	Dep. Promotor Afonso Gil	Requerimento nº 39/2004 – do Sr. Promotor Afonso Gil – que requer, nos termos regimentais, a designação de um grupo de parlamentares, membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para verificar e acompanhar “in loco”, as investigações sobre a morte, por carbonização, de menores presos em uma das celas do Complexo da Cidadania, em Teresina/PI. <b>APROVADO</b>
40/2004	Dep. Mário Heringer e Dr. Hélio	Requerimento nº 40/2004 – do Sr. Mário Heringer e Dr. Hélio – que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tratar sobre as investigações relativas ao assassinato do ex-Prefeito de Campinas/SP, Antônio da Costa dos Santos. Na oportunidade será entregue um abaixo-assinado contendo 50.000 assinaturas, solicitando à justiça brasileira esclarecimento e aprofundamento nas investigações da morte do referido ex-Prefeito. <b>RETIRADO DE PAUTA A PEDIDO DOS AUTORES</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
41/2004	Dep. Luiz Couto e Antonio Nogueira	Requerimento nº 41/2004 – do Sr. Luiz Couto e Antonio Nogueira – que requerem, nos termos regimentais, a criação de Grupo de Trabalho para acompanhar e apurar denúncias de funcionários do Ministério Público do Amapá contra irregularidades administrativas e institucionais praticadas pelo Procurador-Chefe daquele Ministério. <b>PREJUDICADO</b>
42/2004	Dep. Luiz Alberto	Requerimento nº 42/2004 – do Sr. Luiz Alberto – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, para debater sobre o tema: “Cotas raciais e étnicas”. <b>APROVADO</b>
43/2004	Dep. Marcus Vicente	Requerimento nº 43/2004 – do Sr. Marcus Vicente – que requer, nos termos regimentais, a designação de um grupo de parlamentares para “in loco” acompanhar as novas investigações feitas pela Polícia Federal, nas cidades de Altamira/PA e São Luiz/MA, sobre o caso das Crianças de Altamira/PA. <b>APROVADO</b>
44/2004	Dep. Orlando Fantazzini e Dr. Hélio	Requerimento nº 44/2004 – dos Srs. Orlando Fantazzini e Dr. Hélio – que requerem a transformação da reunião ordinária, em reunião de audiência pública, para receber a Sra. Roseana Garcia, viúva do ex-prefeito de Campinas/SP, e Sr. Antônio da Costa dos Santos, que prestará esclarecimentos sobre as investigações relativas ao assassinato do referido ex-prefeito. <b>APROVADO</b>
45/2004	Dep. Luiz Couto	Requerimento nº 45/2004 – do Sr. Luiz Couto – que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , com as presenças do Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Sr. Clayton Alfredo Nunes e da Sra. Cláudia de Freitas Chagas, Secretária Nacional de Justiça, para debater a atual situação dos presídios e penitenciárias do Brasil e definição de políticas para esta área. <b>1. APROVADO</b>
46/2004	Dep. Luiz Couto	Requerimento nº 46/2004 – do Sr. Luiz Couto – que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , com a presença do Secretário Nacional de Segurança Pública – Sr. Luiz Fernando Corrêa, para debater sobre as ações políticas que deverão ser implementadas na área de segurança pública, de forma mais imediata ou a médio prazo, para inibir, diminuir ou combater a desenfreada violência nos casos das ações do crime organizado no Brasil. <b>APROVADO</b>
47/2004	Dep. Mário Heringer e Enio Bacci	Requerimento nº 47/2004 – dos Srs. Mário Heringer e Enio Bacci – que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o tema: “Violência nas escolas”. <b>APROVADO</b>
48/2004	Dep. Orlando Fantazzini e Maria José Maninha	Requerimento nº 48/2004 – dos Sr. Orlando Fantazzini e Maria José Maninha – que requerem, nos termos regimentais, o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, de apresentação de expressa declaração perante o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – ONU, de preocupação da República Federativa do Brasil frente às Resoluções 1422/1487 do Conselho de Segurança. <b>APROVADO</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
49/2003	Dep. Mário Heringer	Requerimento nº 49/2004 – do Sr. Mário Heringer – que requer a constituição de um Grupo de Trabalho para verificar a situação dos presos na Casa de Custódia de Benfica na Cidade do Rio de Janeiro e acompanhar as investigações a respeito das mortes de presos na rebelião ocorrida naquela instituição, no último dia 29 de maio. <b>PREJUDICADO</b>
50/2004	Dep. Mário Heringer	Requerimento nº 50/2004 – do Sr. Mário Heringer – que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para debater o tema: “Relações trabalhistas de ex-funcionários brasileiros contratados pelas Embaixadas e Organismos Internacionais sediados no território nacional”. <b>APROVADO</b>
51/2004	Dep. Fernando Gabeira e Mário Heringer	Requerimento nº 51/2004 – dos Srs. Fernando Gabeira e Mário Heringer – que requerem a apresentação de <b>moção</b> , pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, ao Parlamento da Indonésia, na esperança de contar com sua colaboração para que seja concedida clemência ao cidadão brasileiro, Marcos Archer, condenado à morte por um tribunal indonésio. <b>APROVADO</b>
52/2004	Dep. Thelma de Oliveira	Requerimento nº 52/2004 – da Sra. Thelma de Oliveira – que requer a realização de <b>audiência pública</b> para debater “os dilemas da atual política econômica como entrave do processo de erradicação do trabalho infantil”, com a participação do Professor <b>Geraldo Di Giovanni</b> , pesquisador da Unicamp/SP e <b>Pedro Américo</b> , Coordenador do Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. <b>APROVADO</b>
53/2004	Dep. Mário Heringer	Requerimento nº 53/2004 – do Sr. Mário Heringer - que requer, nos termos regimentais, , ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater “ <b>A democratização do ensino superior pelo sistema de cotas</b> ”. <b>Prejudicado</b>
54/2004	Dep. Mário Heringer	Requerimento nº 54/2004 – do Sr. Mário Heringer - que requer, nos termos regimentais, a apresentação de requerimento, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, ao Plenário da Casa para realização de <b>Sessão Solene</b> em comemoração aos “ <b>10 Anos de Instalação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias</b> ”. <b>APROVADO</b>
55/2004	Dep. Luci Choinacki	Requerimento nº 55/2004 – da Sra. Luci Choinacki – que requer, nos termos regimentais, o acompanhamento, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, dos fatos concernentes a mobilização pelo passe livre estudantil e pela redução das tarifas de ônibus na cidade de Florianópolis/SC. <b>Não deliberado</b>
56/2004	Dep. Marcus Vicente	Requerimento nº 56/2004 – do Sr. Marcus Vicente – que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, com a finalidade de ouvir as autoridades policiais e judiciárias que estão presidindo e acompanhando a nova fase de investigação do caso das crianças de Altamira/PA. <b>APROVADO</b>

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
57/2004	Dep. Pastor Reinaldo	Requerimento nº 57/2004 – do Sr. Pastor Reinaldo – que requer, a designação de um novo grupo de parlamentares para visitar os estados do Maranhão e do Pará, com o objetivo de acompanhar as investigações do caso das crianças mortas e emasculadas naqueles estados. <b>Retirado pelo autor</b>
58/2004	Dep. Pastor Reinaldo	Requerimento nº 58/2004 – do Sr. Pastor Reinaldo – que requer, a realização de audiência pública para que sejam ouvidas a Promotora Dra. Sueli Lima e Silva e o Perito Criminal Dr. Wilton Carlos Rego sobre o caso das crianças emasculadas e assassinadas nos Estados do Maranhão e do Pará. <b>Prejudicado</b>
59/2004	Dep. Pastor Reinaldo	Requerimento nº 59/2004 – do Sr. Pastor Olímpio – que requer a designação de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para visitar o Estado de Pernambuco, com vista a acompanhar as medidas adotadas em relação aos assassinatos das adolescentes Maria Eduarda Dourado e Tarsília Gusmão Vieira de Melo. <b>Não deliberado</b>
60/2004	Dep. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 60/2004 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer, nos termos regimentais, a designação de parlamentares membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para acompanharem, in-loco, as investigações sobre sucessivas agressões, seguidas de mortes, contra os moradores de rua na cidade de São Paulo. <b>Retirado pelo autor</b>
61/2004	Dep. Maninha e do Sr. Orlando Fantazzini	Requerimento nº 61/2004 – da Sra. Maninha e do Sr. Orlando Fantazzini – que requerem, nos termos regimentais a realização de audiência pública, conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a finalidade de tratar sobre os problemas de migração que têm afetado as relações entre o Brasil e alguns de seus principais parceiros no Continente Americano. <b>Aprovado</b>
62/2004	Iriany Lopes e do Sr. Wasny de Roure	Requerimento nº 62/2004 – da Sra. Iriany Lopes e do Sr. Wasny de Roure – que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para ouvir depoimento do ex-cabo do Exército, o Sr. Valdete Batista Miranda, sobre fatos por ele testemunhados durante o período que serviu às forças de repressão.
63/2004	Luiz Alberto	Requerimento nº 63/2004 – do Sr. Luiz Alberto – que requer empenho da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no sentido de assegurar a impressão das reproduções de obras que compõem a exposição: “Para que não se esqueça”.
64/2004	Mário Heringer	Requerimento nº 64/2004 – do Sr. Mário Heringer – que requer a realização de audiência pública, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para o Lançamento do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
65/2004	Pompeo de Mattos e Enio Bacci	Requerimento nº 65/2004 – dos Srs. Pompeo de Mattos e Enio Bacci – que requerem a designação de um grupo de parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para participar, na Argentina, de reuniões com autoridades locais, com a finalidade de tratar sobre o drama envolvendo os processos judiciais, em andamento no Brasil e naquele país, sobre o sequestro da menor Bárbara Weiss, sequestrada pelo pai argentino.
66/2004	Luiz Couto	Requerimento nº 66/2004 – do Sr. Luiz Couto – que requer, nos termos regimentais, a realização, no dia 10 de novembro de 2004, do <b>Seminário Unicidade e Proposta de Certificação de Agentes de Cidadania e Direitos Humanos no País.</b>
67/2004	Irieny Lopes	Requerimento nº 67/2004 – da Sra. Irieny Lopes – que requer a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias na " <b>Campanha dos Dezesesseis Dias de Ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher 2004</b> ", uma promoção do Centro para a Liderança Global da Mulher e apoiada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
68/2004	Enio Bacci	Requerimento nº 68/2004 – do Sr. Enio Bacci - que requer a realização de audiência pública para discutir ações afirmativas no que se refere ao acesso à universidade e a promoção da igualdade racial.
69/2004	Mário Heringer	Requerimento nº 69/2004 – do Sr. Mário Heringer – que requer a realização da <b>Caravana Nacional de Direitos Humanos</b> para acompanhar e analisar as condições de trabalho dos Policiais Militares no País.
70/2004	Luiz Couto	Requerimento nº 70/2004 – do Sr. Luiz Couto – que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> para o lançamento do livro: "Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes: um manual para a prevenção", em parceria com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos e a Associação para a Prevenção Contra a Tortura.
71/2004	Luiz Couto	Requerimento nº 71/2004 – do Sr. Luiz Alberto – que solicita a realização de <b>audiência pública</b> para debater o tema: <b>Capoeira no Combate ao Racismo</b> , em parceria com o Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, como parte da programação da III Jornada África-Brasil - Evento Comemorativo do Dia da Consciência Negra. Na oportunidade será lançada a revista "Toques D'Angola".

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
72/2004	Ivo José e Geraldo Thadeu	Requerimento nº 72/2004 – dos Srs. Ivo José e Geraldo Thadeu – que requerem a realização de <b>audiência pública</b> para discutir o “Sistema da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) como experiência exitosa e alternativa ao sistema prisional”.
73/2004	Pastor Reinaldo	Requerimento nº 73/2004 – do Sr. Pastor Reinaldo – que requer seja convidado a participar de <b>audiência pública</b> da Comissão de Direitos Humanos o presidente da FUNAI – Sr. Mércio Pereira Gomes, para prestar esclarecimentos sobre a sua condenação pelo Tribunal de Contas da União, como responsável pela entidade Espaço Flor do Amanhã (RJ), em decorrência do não-cumprimento do objeto do convênio nº 381/92, celebrado com a Fundação Legião de Assistência, em 06/07/92.
74/2004	Luiz Couto e Assis Miguel do Couto	Requerimento nº 74/2004 – dos Srs. Luiz Couto e Assis Miguel do Couto – que requerem, nos termos regimentais, o encaminhamento de ofício ao Ministro das Relações Exteriores, Sr. Celso Amorim, solicitando apoio ao cidadão brasileiro Roberto Rickli Rocha, que se encontra preso nos Estados Unidos, aguardando julgamento pela acusação de ser partícipe do assassinato de uma jovem americana, com outros estudantes daquele país.
75/2004	Orlando Fantazzini	Requerimento nº 75/2004 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>encontro</b> com os cem maiores anunciantes em rádio e televisão, objetivando a promoção de um diálogo que possa resultar numa parceria com a Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”.
76/2004	Leonardo Mattos	Requerimento nº 76/2004 – do Sr. Leonardo Mattos - que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater a liberação de pesquisa e utilização de células tronco, com fins terapêuticos.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
77/2004	Luiz Couto, Mário Heringer e Orlando Fantazzini	Requerimento nº 77/2004 – dos Srs. Luiz Couto, Mário Heringer e Orlando Fantazzini - que requerem, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , no próximo dia 01 de dezembro, para que sejam ouvidos, sobre o <b>processo de investigação das crianças emasculadas nos Estados do Maranhão e do Pará</b> , um representante do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana/CDDPH; a Promotora de Justiça do Pará – Dra. Rosana Cordovil; o Assistente de Acusação - Dr. Clodomir Araújo; a Diretora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Pará – Sra. Celina Hamoy; a Presidente do Movimento das Famílias dos Meninos Emasculados de Altamira/PA – Sra. Rosa Pessoa; o Delegado da Polícia Civil do Pará; a Promotora de Justiça do Estado do Maranhão – Dra. Geraulides Mendonça Castro; o Delegado que preside o inquérito no Estado do Maranhão – o Sr. João Carlos Amorim Diniz; o Relator, junto ao CDDPH, do processo sobre a crianças emasculadas de Altamira/PA – Dr. Percílio de Souza Lima; o Dr. Paulo Sérgio Pinheiro – Ex-presidente do CDDPH e a Sra. Daniele Gossenheimer Rodrigues – Delegada da Polícia Federal do Estado do Pará.
78/2004	Enio Bacci	Requerimento nº 78/2004 – do Sr. Enio Bacci - que requer, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> para discutir a participação do Brasil no processo de paz entre o Governo Colombiano e as FARC e analisar a atual situação de conflito e negociação.
79/2004	Luci Choinacki e Maria do Rosário	Requerimento nº 79/2004 – das Sras. Luci Choinacki e Maria do Rosário – que requerem, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> para tratar sobre a temática da precariedade do trabalho doméstico no Brasil.
80/2004	Chico Alencar	Requerimento nº 80/2004 – do Sr. Chico Alencar - que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para tratar sobre as mortes de policiais militares e civis no Brasil.
81/2004	Maria do Rosário e do Sr. Luiz Couto	Requerimento nº 81/2004 – da Sra. Maria do Rosário e do Sr. Luiz Couto – que requerem, nos termos regimentais, o encaminhamento, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de <b>moção</b> ao Embaixador do Paraguai no Brasil, pedindo empenho e rigor no cumprimento de sentença que determina o retorno imediato ao Brasil dos meninos Guillermo e Arturo Boehler Romjas, retidos indevidamente pelo pai em território paraguaio.
82/2004	Irieny Lopes	Requerimento nº 82/2004 – da Sra. Irieny Lopes – que requer a designação de membros para visitar o Estado de Roraima, com vista a acompanhar as medidas adotadas e providências necessárias face ao ataque promovido por latifundiários na terra indígena Raposa Serra do Sol. Em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Nº	AUTOR(ES)	EMENTA
83/2004	Alceu Collares e Enio Bacci	Requerimento nº 83/2004 – dos Srs. Alceu Collares e Enio Bacci – que requerem, nos termos regimentais, a realização de <b>audiência pública</b> , para debater sobre o direito dos cidadãos civis e militares, dos parentes e dos amigos de pessoas desaparecidas durante o regime ditatorial de 1964 a 1979, de examinarem todos os documentos, atos, faltas e acontecimentos ligados ao período em que a nação conheceu a censura, a perseguição, a tortura e o assassinato de brasileiros, com as presenças do Ministro da Defesa, de representantes do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do RS; do Grupo Tortura Nunca Mais do RJ/SP/MG e BA; da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB; da Comissão de Justiça e Paz da CNBB; da Associação Brasileira de Imprensa e do Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9140/95) .
84/2004	Orlando Fantazzini	Requerimento nº 84/2004 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer, nos termos regimentais, a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no <b>Fórum Social Mundial</b> , a realizar-se em Porto Alegre/RS, de <b>26 a 31/01/05</b> , como responsável por um Seminário sobre a programação televisiva, como parte da campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”.
85/2004	Alice Portugal e Chico Alencar	Requerimento nº 85/2004 – da Sra. Alice Portugal e Chico Alencar – que requerem, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com as presenças do Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministro da Justiça, para tratar sobre as medidas adotadas pelo Governo Federal com o objetivo de assegurar a preservação dos arquivos da repressão política e para torná-los públicos.
86/2004	Orlando Fantazzini	Requerimento nº 86/2004 – do Sr. Orlando Fantazzini – que requer, nos termos regimentais, a realização, em março de 2005, de Seminário sobre a qualidade da programação televisiva, em parceria com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Procuradoria-Geral da República.
87/2004	Daniel Almeida e Luiz Alberto	Requerimento nº 87/2004 – dos Srs. Daniel Almeida e Luiz Alberto – que requerem a designação de membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para visitar a Base Aérea de Salvador/BA, com vistas a averiguar a incineração de documentos do período da ditadura militar.

## EVENTOS REALIZADOS

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

#### Direitos Humanos e Direitos Indígenas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou no dia **04 de maio de 2004**, Audiência Pública, sobre o tema: Direitos Humanos e Direitos Indígenas, para o lançamento no Brasil da Campanha Educativa sobre Direitos Humanos e Direitos Indígenas, do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) e do Centro de Proteção Internacional dos Direitos Humanos, ambas entidades internacionais que atuam em toda a América Latina e Caribe. Trata-se de um "manual de sensibilización y capacitación para facilitadores e participantes", um manual de "mediación pedagógica", mais um CD Rom com a base de dados da legislação de cada país latinoamericano na área de direitos indígenas. A campanha veio em excelente hora, pois o material citado demonstra como a garantia dos direitos dos povos indígenas é parte fundamental da garantia dos direitos humanos universais. Assim, foi extremamente importante o seu lançamento no Brasil.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados abaixo:

- **Dom Pedro Casaldáliga** – Bispo de São Félix do Araguaia/MT;
- **Prof. Dalmo de Abreu Dallari** – Professor de Direito Constitucional da USP (Universidade de São Paulo);
- **Sr. Júlio José de Souza** – Representante do Conselho Indígena de Roraima;
- **Sr. Mércio Pereira Gomes** – Presidente da FUNAI (Fundação Nacional do Índio);

- **Dra. Deborah Macedo Duprat Britto Pereira** – Subprocuradora-Geral da República;
- **Sr. Renato Zerbini Ribeiro Leão** – Diretor-Presidente do Centro de Proteção Internacional de Direitos Humanos-CPIDH.

### **Racismo policial no Brasil**

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou, no dia **12 de maio**, Audiência Pública para tratar sobre o tema “**O Racismo Policial no Brasil**”.

Considerando que a UNESCO elegeu o ano de 2004 como sendo o Ano Internacional em Comemoração às Lutas Contra a Escravidão e sua Abolição, e considerando os últimos acontecimentos no Brasil envolvendo quilombolas (afro-brasileiros do quilombo de Vila Trindade, no Mato Grosso) expulsos de uma pousada em Brasília e a morte – a exemplos de tantas outras – do dentista Flávio Ferreira Sant’Ana, em São Paulo, imprescindível se fez discutir sobre esse tema nesta Casa e, particularmente nesta Comissão, no âmbito do racismo policial no Brasil.

O Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro revelou, conforme matéria do Jornal do Brasil (11/02/2004), que, em cada cem mil brasileiros, são assassinados anualmente 100 brancos e 170 negros. E mais, estima-se que se os índices fossem iguais, 5.647 negros, por ano, sobreviveriam. São números assustadores. Trata-se de um verdadeiro contingente de baixas somente comparável ao número de mortes em frente de guerra.

A discriminação racial é tema candente e emblemático, ainda que camuflado pela cortina da miscegenação cultural brasileira, que faz parecer um país de igualdade racial.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados abaixo:

- Sr. **JOEL BISPO BORGES** - familiar do dentista, Flávio Ferreira Sant’Ana assassinado em São Paulo;
- Sr. **JOSÉ EDÍSIO SIMÕES SOUTO** - Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB-FEDERAL;
- Deputado Estadual **SEBASTIÃO ARCANJO** - Coordenador da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo;
- Sra. **EDNA ROLAND** – Coordenadora para combate ao racismo e discriminação da UNESCO no Brasil;
- Representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

### **Esclarecimentos sobre as investigações relativas ao assassinato do ex-prefeito de Campinas/SP**

No dia **19 de maio de 2004**, esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias recebeu, em audiência pública, a Sra. Roseane Garcia que prestou esclarecimentos sobre as investigações relativas ao assassinato de seu esposo o Sr. Antônio da Costa dos Santos, Ex-Prefeito de Campinas/SP. Na oportunidade os deputados concluíram que o assassinato do ex-prefeito de Campinas/SP extrapolava os limites da circunscrição judiciária do Estado de São Paulo e decidiram enviar um ofício ao Ministro da Justiça solicitando intervenção federal por julgarem imprescindível assegurar a transparência do processo de apuração dos fatos. Os deputados também decidiram apresentar pessoalmente ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o referido ofício no mesmo momento em que a Sra. Roseana Garcia entregaria um abaixo-assinado contendo 50.000 assinaturas solicitando à justiça brasileira esclarecimento e aprofundamento nas investigações da morte do ex-prefeito Antônio da Costa dos Santos.

### **Política de construção de barragens e o tratamento devido aos que são atingidos por estas obras.**

Em **27 de maio de 2004**, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública para tratar sobre o tema: Política de construção de barragens e o tratamento devido aos que são atingidos por estas obras.

Atualmente, estima-se que 300 mil famílias, algo em torno de 1 milhão de pessoas, foram atingidas com a construção de barragens. Em alguns casos, as famílias nada receberam, em outros, famílias foram enganadas e até hoje lutam para obter o que lhes é devido. Há também casos de projetos que iniciaram sua implantação mas logo depois pararam. E há, claro, casos de projetos concluídos – porém, estes são raros.

A referida Audiência teve como objetivos principais: conhecer as propostas do Governo para o setor elétrico; analisar se as propostas se incorporam às problemáticas dos atingidos pelas barragens; saber se o governo está preparado para lidar com os novos projetos e, também, com os novos atingidos pelas barragens; e, como as empresas privatizadas dizem que o problema dos atingido é do Governo e não delas, a quem cabe a solução e, ainda, quem se responsabiliza pela situação dos antigos projetos e atingidos.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados abaixo:

- Sr. **Nelson Hubner** - Representante da Ministra de Estado de Minas e Energia;
- Sr. **Hélio Neves Guerra** – Superintendente de Estudos e Informações Hidrológicas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

- Sr. **Gilberto Cerveinski** – Presidente do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens - MAB;
- Prof. **Carlos Vainer** – Pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Sr. **Marco Antônio Trieveiler** - Coordenador Nacional do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens;
- Dom **Oneris Marchiori** - Bispo da Diocese de Lages, no estado de Santa Catarina.

### **“Educação em Direitos Humanos no Brasil”**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia **01 de junho de 2004, audiência pública** com o objetivo de discutir os rumos e os instrumentos da Educação em Direitos Humanos no Brasil. Na ocasião foi realizado o lançamento oficial do Banco de Dados **Quem é Quem na Educação em Direitos Humanos no Brasil**, projeto executado pelo Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Desde a Nova República, o debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil vem alcançando mais espaço e relevância, sob iniciativa da sociedade civil organizada e de proposições governamentais no campo das políticas públicas, visando ao fortalecimento da democracia. Este movimento é referendado em instrumentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, sob a inspiração da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, bem como da Constituição Federal de 1988, que define o Brasil como um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados abaixo:

- Sr. **Jorge Werthein** – Representante da UNESCO no Brasil;
- Sra. **Aida Monteiro** – Coordenadora do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Sr. **Herbert Paes de Barros** – Gerente do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
- Sr. **Iradj Roberto Eghrari** – Secretário Nacional para Assuntos Externos da Comunidade Bahá’i do Brasil;
- Sra. **Mary Caetana Aune** – Representante do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos

### **“Adoção de Cotas Éticas e Raciais nas Universidades Públicas”**

A CDHM realizou no dia **15 de junho de 2004**, em conjunto com a Comissão de Educação e Cultura, audiência pública para tratar sobre o tema: Adoção de Cotas Éticas e Raciais nas Universidade Públicas.

A discussão sobre esta temática vem ganhando força e espaço na agenda política, na medida em que a comunidade negra vai tomando consciência da sua condição existencial e histórica. É um debate que se expande na mesma proporção e grau de organização e de engajamento deste segmento, que há 500 anos vem lutando pelo tratamento isonômico e igualitário.

A comunidade afrodescendente tem plena consciência do que está sendo reivindicado faz parte da própria dinâmica da sociedade capitalista e de classe, onde Estado moderno tem por tradição proteger segmentos considerados importantes e estratégicos, seja por cotas, subvenções, subsídios, perdão de dívidas públicas, isenções fiscais e etc., é uma cultura da própria essência da sociedade contratualista e de interesse de grupos sociais.

O debate foi pertinente e legítimo. O direito à reparação é mais do que urgente, pois o estado brasileiro já tem experiência suficiente de promover tal prática, a despeito do que foi feito com a política de incentivo aos imigrantes do início do século passado e de tantas outras formas de protecionismo econômico, religioso e étnico adotadas nestes 500 anos de colonização.

Participaram, como expositores, da referida audiência os convidados abaixo:

- **Prof. Frei Davi** – Coordenador da EDUCAFRO – Educação e Cidadania de Afrodescendente e Carentes;
- **Sr. Marcelo Brito da Silva** – Presidente da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas;
- **Sr. Luiz Gonçalves** – Reitor da UEMS - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul;
- **Sr. Hédio Silva** - Advogado Constitucionalista.

### **Lançamento do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos**

A CDHM realizou, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, **no dia 26 de outubro de 2004, audiência pública** para fazer o lançamento do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

O Programa consiste na implementação de uma política pública voltada para a proteção dos defensores dos direitos humanos que se encontrem em situação de risco, permitindo que os mesmos continuem atuando na defesa e promoção dos direitos humanos em segurança. O Programa também prevê ações de articulação junto às autoridades estaduais para que se investiguem as causas das ameaças. Ademais, é prevista a capacitação dos policiais estaduais, civis e militares, para prestarem a devida proteção ao defensor.

## **CONVIDADOS:**

- Ministro **Nilmário Miranda** – Secretário Especial dos Direitos Humanos;
- Deputada **Iriny Lopes** – Participou da elaboração do Programa;
- Sr. **Darcy Frigo** – Defensor de direitos humanos; Membro da Coordenação Nacional do Programa.

### **Cabo Firmino prestará esclarecimentos sobre documentos fornecidos à Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

A CDHM realizou no dia **27 de outubro de 2004**, **audiência pública** com a presença do Cabo reformado do Exército, José Alves Firmino para prestar esclarecimentos sobre documentos fornecidos à Comissão de Direitos Humanos em 1997, mostrando a espionagem política do Exército.

**Cabo José Alves Firmino**, foi agente secreto do Exército, entre 1989 e 1995 e tinha a missão de infiltrar-se nos sindicatos, instituições civis e partidos políticos de esquerda.

- Teve o codinome de Marcos Oliveira dos Santos e se apresentava como jornalista ou estudante secundarista do Colégio JK;
- Em 1992, já no regime democrático, passou a atuar como espião na Subseção de Operações - braço operacional do Serviço de Inteligência, do Comando do Planalto, em Brasília.

## **Histórico dos Documentos na CDHM:**

Em junho de 1997, os familiares do Cabo Firmino procuraram a Comissão de Direitos Humanos manifestando preocupação pela situação do agente, que se encontrava recluso no Comando Militar do Planalto em Brasília. Na oportunidade, os familiares do Cabo Firmino, decidiram entregar os documentos que comprovavam suas ações de infiltração e obtenção ilegal de informações sigilosas, depois que o agente sentiu-se prejudicado funcionalmente na corporação militar e ainda, por temer pela sua integridade física, em função de possíveis represálias por parte de comandos e agentes de informação do Exército.

Em 24 de junho, o então Presidente da Comissão realizou visita ao Cabo Firmino que se encontrava no 16º Batalhão Logístico em Brasília, manifestando ao Cel. Aldemir Mandes da Silva, comandante do referido Batalhão, preocupação com a saúde, segurança e respeito aos direitos do Cabo José Firmino.

Em 23 de julho, o então Presidente da Comissão de Direitos Humanos – Dep. Pedro Wilson, em reunião no plenário 09, tornou público os referidos documentos, que comprovavam ações de espionagem política pelo Exército Brasileiro.

Em 23 de julho, após a divulgação dos referidos documentos, o então presidente, Deputado Pedro Wilson, por meio dos ofícios de nº 774/97-P, ao

Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; nº 773/97-P, ao Ministro Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena; Ministro do Exército; n.º 775/97-P, ao Dr. José Gregori, Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; e de nº 776/97-P, ao Dr. Iris Resende, Ministro da Justiça, encaminhou a cópia da documentação divulgada e solicitou as necessárias providências;

Em 27 de agosto de 1997 a Comissão de Direitos Humanos entregou, em mãos, ao então reitor da UNB, João Todorov, cópia da documentação entregue nesta Comissão.

### **Capoeira Angola no Combate ao Racismo**

Em 16 de novembro de 2004, a CDHM, em parceria com o Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, realizou audiência pública para tratar sobre o tema: Capoeira Angola no Combate ao Racismo, como parte da programação da III Jornada África-Brasil – Evento Comemorativo do Dia da Consciência Negra.

O debate teve como finalidade retomar os aspectos mais importantes da história recente da Capoeira Angola (1980-2004), demonstrando que os grupos criados nesse período afirmaram as raízes africanas da cultura negra e assumiram o compromisso com a denúncia do racismo no Brasil, rompendo com o discurso da democracia racial, criando formas de politização e de participação política fora dos canais tradicionais da política formal, evitando, ao mesmo tempo, a adoção de modelos separatistas, mantendo abertos à participação de quaisquer indivíduos interessados em participar e aprender Capoeira Angola.

Foi enfatizado durante o debate que a ‘comunidade’ da Capoeira Angola hoje é heterogênea, incluindo pessoas de origens étnicas e raciais, classes sociais, origens nacionais, gêneros, idades e orientações sexuais distintas. É também uma ‘comunidade’ independente do Estado e que atravessa as fronteiras nacionais. Esta heterogeneidade é o pano de fundo para as construções identitárias dos ‘angoleiros’ e ‘angoleiras’. Portanto, afirmar-se como ‘angoleiro(a)’ hoje implica em lidar com tal diversidade, afastando qualquer ideal de pureza e homogeneidade.

#### **CONVIDADOS:**

- Deputado **Luiz Alberto**;
- Sr. **Benedito Cintra** - Assessor Especial da Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- Sra. **Rosângela Costa Araújo**/Contramestre Janja – Historiadora, Doutora em Educação, Fundadora do Instituto Nzinga de Capoeira Angola ;
- Sra. **Paula Cristina da Silva Barreto**/Contramestre Paulina - Socióloga, Professora da UFBA, Coordenadora do Instituto Nzinga de Capoeira Angola.

**Tema: “Elaboração de políticas públicas de combate à violência policial”**

Em 17 de novembro a CDHM, realizou audiência pública com a finalidade de debater “a elaboração de políticas públicas de combate à violência policial.

são crescentes os relatos de abusos praticados por policiais, o número de mortes de pessoas inocentes ocorridas por engano, ou até mesmo os casos de execuções sumárias praticadas por policiais.

Dados apresentados por reportagem da revista “Época”, em 03 de maio de 2004, revelaram a trágica realidade vivida nas duas mais importantes metrópoles do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Na falta de dados precisos em relação aos demais estados da federação, estimativas revelam que, em todo país, a polícia deixa um saldo de cerca de 3 mil mortos a cada ano, número que pode ser comparado ao de vítimas da guerrilha colombiana registrado no ano de 2003.

CONVIDADOS:

- 1) Sr. **Ignácio Cano** - Prof. da UERJ - Especialista em Violência Policial;
- 2) Sr. **Marcelo Freixo** - Pesquisador da ONG Centro de Justiça Global;
- 3) Sr. **Firmino Fecchio** - Ex-ouvidor de Polícia de São Paulo.

#### **“Crianças Emasculadas nos Estados do Maranhão e do Pará”**

Em 18 de novembro de 2004 a CDHM realizou audiência pública para tratar sobre o caso das crianças emasculadas nos Estados do Maranhão e do Pará.

CONVIDADOS:

- Dra. **Geraulides Mendonça Castro** – Promotora de Justiça do Estado do Maranhão;
- Sr. **João Carlos Amorim Diniz** – Delegado de Polícia Civil do Maranhão que preside o inquérito;
- Sr. **Waldir Freire Cardoso** – Delegado de Polícia Civil do Pará;
- Sra. **Daniele Gossenheimer Rodrigues** – Delegada da Polícia Federal do Estado do Pará;
- Sr. **Pedro Montenegro** – Ouvidor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
- Sr. **Raimundo Soares Cutrim** – Secretário de Segurança Pública do Estado do Maranhão;
  
- Dr. **Wilton Carlos Rêgo Ribeiro** – Perito Criminal do Instituto de Criminalística do Maranhão.

#### **“Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes: um manual para a prevenção”**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Instituto

Interamericano de Direitos Humanos (IIDH) e a Associação para a Prevenção Contra a Tortura (APT), realizaram **Audiência Pública**, no dia **23 de novembro**, para o lançamento do livro “**Protocolo Facultativo á Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes: um manual para a prevenção**”.

A publicação é parte de uma campanha mundial, desencadeada pelo IIDH e a APT, visando colocar em vigor o Protocolo Facultativo. O livro pretende ser uma ferramenta prática para a Campanha em prol da ratificação e implementação deste Protocolo.

A Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (1984) representou um enorme avanço ao tipificar a prática da tortura como crime internacional e criar os mecanismos para sua denúncia. Os Governos da América Latina e da Europa, principalmente, contribuíram com entusiasmo e eficiência para o processo de redação do Protocolo Facultativo Contra a Tortura, sobretudo a partir de 1999.

A combinação de esforços de governos, organizações não-governamentais e especialistas, resultou na adoção deste Protocolo Facultativo como um novo instrumento internacional dedicado à proteção dos direitos humanos pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 2002. O caráter inovador deste instrumento para a proteção dos direitos humanos, consiste no enfoque preventivo baseado no compromisso, por parte de todos os seus signatários, de estabelecer um sistema de visitas regulares aos locais de detenção.

Estas publicação, também disponível em espanhol, inglês e francês, é dirigida a instituições e organizações nacionais e internacionais interessadas na prevenção de violações dos direitos humanos, e pretende estimular o debate em torno do tema em cada um dos países.

#### CONVIDADOS:

- Ministra **Maria Luíza Viotti** - Chefe do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores;
- Dr. **Eugênio José Guilherme de Aragão** – Subprocurador-Geral da República;
- Sra. **Roseane Queiroz** – Coordenadora Nacional do MNDH.

#### “A precariedade do trabalho doméstico no Brasil”

Em 24 de novembro de 2004, a CDHM realizou audiência pública para tratar sobre o tema: “Precariedade do trabalho doméstico no Brasil.

#### CONVIDADAS:

- Dra. **Christiane Girard** – Dra. Em Sociologia da Universidade de Brasília;
- Sra. **Maria Noeli dos Santos** – Diretora do Sindicato dos Trabalhadores(as) Doméstico(as).

## **“Abolição da punição corporal de crianças e adolescentes no Brasil”.**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia **08 de dezembro de 2004**, em parceria com a Comissão de Educação e Cultura, Audiência Pública para tratar sobre o tema **“Abolição da punição corporal de crianças e adolescentes no Brasil”**.

A Constituição Brasileira de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção sobre os Direitos da Criança (ratificada pelo Brasil em 24.09.90) introduzem, na cultura jurídica brasileira, uma nova visão inspirada na concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direito, em condição peculiar de desenvolvimento.

Não obstante os avanços decorrentes da Constituição Brasileira de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, no sentido de garantir o direito da criança e do adolescente ao respeito, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, bem como de colocá-los a salvo de qualquer tratamento desumano ou violento, constata-se que tais avanços não tem sido capazes de romper com uma cultura que admite o uso da violência, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos.

Estabelecendo o direito das crianças e dos adolescentes de não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, estaremos reconhecendo a dignidade desses cidadãos, consolidando a idéia de que, se não se admite a violação à integridade física de um adulto por outro adulto, em qualquer grau, não se pode admitir a violação à integridade física de uma criança ou adolescente por um adulto. Há de se assegurar, por conseguinte, o direito a uma educação não violenta.

### **EXPOSITORES:**

- Sra. **Marta Tonin** - Representante do CONANDA;
- Dra. **Renata Dejtiar Waksman** – Coordenadora do Núcleo de Estudos contra a violência em crianças e adolescentes da Sociedade de pediatria de São Paulo; Sr. **Per Tamm** – Representante da SAVE THE CHILDREN – Suécia;
- Dra. **Maria Amélia Azevedo** – Coordenadora do laboratório de estudos da criança da USP – São Paulo;
- Dra. **Viviane Nogueira de Azevedo** - Coordenadora do laboratório de estudos da criança da USP – São Paulo;
- Sr. **Anderson Pereira de Andrade** – Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude – Ministério Público do DF e Territórios; fones: 447.6357 / 9988.4576 e email: anderson@mpdft.gov.br
- Sra. **Helena Oliveira** - Representante do UNICEF no Brasil;
- Sra. **Daniele de Paula** – Representante do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

### **OUTROS EVENTOS**

**Conferência: população negra em foco: políticas públicas e o Estatuto da**

## Igualdade Racial

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 26 de maio de 2004, a Conferência que tratou sobre o tema “**População Negra em foco: políticas e o Estatuto da Igualdade Racial**”.

A população negra no Brasil desenha, há muito, um projeto político que dá conta de suas demandas historicamente secundarizadas. É nessa perspectiva de inserção ampla e de mudança na lógica estruturante do racismo no país que as políticas de ação afirmativa se colocam como uma ferramenta importante para a abertura de novos espaços materiais e simbólicos. Atento a esta premente, o Parlamento brasileiro não pode se eximir de um debate profundo sobre as relações raciais neste país, e suas conseqüências na vida dos cidadãos.

Nesse sentido, a produção de legislação condizente com esse processo, como o que já está espelhado no Estatuto da Igualdade Racial (PL 6912/02) foi pautado de maneira central nesse debate.

Participaram, como expositores, da referida Conferência os convidados abaixo:

- Senador **Paulo Paim** – Autor do Projeto do Estatuto da Igualdade Racial;
- Dep. **Luiz Aberto** – Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Igualdade Racial;
- Prof. **Ubiratan Castro** - Presidente da Fundação Palmares;
- Sr. **Emir Silva** – Membro da Coordenação Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU;
- Sra. **Valdina Pinto** – Makota do Terreiro Tanuri Junçara – Salvador/BA;
- Sra. **Wânia Sant’Anna** – Professora da Universidade Estácio de Sá – Rio de Janeiro/RJ;
- Ministra **Matilde Ribeiro** - Secretária Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial;
- Sr. **Edson Cardoso** – Assessor de Relações Raciais do Senador Paulo Paim;

### **SEMINÁRIO INTERNACIONAL: A Ética na Televisão em Países Democráticos 13/04/2004**

Em busca de uma TV mais democrática

“A Ética na Televisão em Países Democráticos”, este é o tema do seminário internacional que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados promoveu no dia 13 de abril, das 09 às 20 horas, no plenário 9, anexo II. O seminário foi dividido em cinco painéis.

Num dos painéis foi questionado “qual o significado da liberdade de

expressão na TV e no Rádio?”, tema amplamente discutido com Eduardo Bertoni, relator especial para o Direito à Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Para debater sobre as democracias ocidentais e as concessões públicas para Rádio e TV foram convidados Christian Kert, deputado membro da Comissão de Assuntos Culturais, Familiares e Sociais da Assembléia Nacional da França e membro da Société France Télévision; Dieter Czaja, presidente da Autofiscaliza  o Voluntária da Alemanha e Steve Anderson, diretor da Rede Britânica de Televisão ITV.

Um dos pontos altos do seminário foi a análise do projeto de lei 1.600/2003, de autoria do Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP) que introduz o Código de  tica da programação da televisão brasileira.

De acordo com Fantazzini, o Código de  tica para a Programação Televisiva Brasileira tem como objetivo oferecer aos telespectadores alternativas de informação, cultura e lazer, que consagrem a isenção e a pluralidade, que afirmem a responsabilidade e o interesse público, que respeitem a privacidade e protejam os direitos humanos.

Já Laurindo Lalo Leal Filho, da ONG TVER e professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, levantou a de que o controle social da TV só existe em democracias consolidadas, como França, Portugal, Inglaterra, Alemanha, EUA e Austrália, e que não pode existir uma TV de qualidade sem órgãos reguladores democráticos.

Segundo ele, o Executivo deve enviar ao Congresso a nova Lei da Comunicação Eletr nica de Massa, que está engavetada, e enterrar a Lei da Radiodifusão, de 1962, que é totalmente anacr nica. “O Legislativo deve regulamentar com urgência o artigo 220 da Constituição, que diz que a sociedade tem direito, através da lei, de se defender da televisão. Até hoje este artigo não foi regulamentado, e a população está indefesa. Somente assim, com a pressão da sociedade civil organizada e com ações enérgicas do governo, poderemos dizer que uma outra televisão   possível”, completou Laurindo.

Segue a relação dos painéis e dos respectivos participantes:

## **PROGRAMAÇÃO**

9:00 – Abertura:

Exibição de anúncio da campanha “Quem Financia a Baixaria   Contra a Cidadania”, produzido pela TV Câmara, que será disponibilizado a toda a rede pública de comunicação.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Mário Heringer

Coordenador da Campanha “Quem Financia a Baixaria   Contra a Cidadania”, deputado Orlando Fantazzini

9:30 – Conferência Magna

“O que significa a liberdade de expressão na TV e no Rádio?”

Eduardo Bertoni, Relator Especial para o direito à liberdade de expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA).

10:30 – Painel I: Liberdade de Expressão, Ética e Controle Social

Presidente da Mesa: Deputado Chico Alencar

Eugênio Bucci, Presidente da Radiobrás

Venício Arthur de Lima, Professor do Instituto de Educação Superior de Brasília.

13:30 Painel II: As democracias ocidentais e as concessões públicas para Rádio e TV.

Presidente da Mesa: Deputado Dr. Evilásio

Milton Nogueira, funcionário aposentado da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

Laurindo Lalo Leal Filho, Ong TVER e Escola de Comunicação e Artes da USP.

Regina dos Santos, presidente da Sociedade Cultural Dombali.

Michael Feiner, conselheiro de imprensa da embaixada da Alemanha.

17:30 Painel III: Possibilidades de um regramento ético-jurídico para a televisão no Brasil

Presidente da Mesa: Deputado Orlando Fantazzini.

Ângela Guadagnin, relatora do projeto de lei nº 1600/2003, que institui o Código de Ética da Programação Televisiva.

Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça.

Ricardo Moretzohn, Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

## SEMINÁRIO

### **Certificação do Agente de Cidadania e Direitos Humanos**

A Comissão de Direitos Humanos, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com o Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH, com o MLAL - Progetto Mondo e com a Fundação Joaquim Nabuco, realizou no dia **10 de novembro de 2004**, o Seminário sobre **“Certificação Profissional das Competências do Agente de Cidadania e Direitos Humanos”**.

O Seminário teve como objetivo iniciar no Parlamento brasileiro, a discussão nacional sobre a certificação para profissionais que exercem práticas sociais no âmbito da cidadania e direitos humanos – Projeto Unicidadania.

#### O que é o Projeto Unicidadania?

O Unicidadania é uma iniciativa de articulação que visa melhorar a capacidade de intervenção das ONGs e das instituições públicas que atuam na área de direitos humanos, por meio de uma melhor qualificação dos seus recursos humanos. O Projeto reúne entidades da sociedade civil, universidades, entidades governamentais e a Cooperazione Italiana.

Durante os três anos de atuação do projeto foram realizados 16 cursos nos Estados da Bahia, Paraíba e Pernambuco, foram capacitadas 535 pessoas e beneficiadas indiretamente mais de 100 ONGs.

O Projeto trabalhou com seis temáticas distintas, elaborou modelos pedagógicos e interventivos e visa promover o reconhecimento do agente de Cidadania e Direitos Humanos através de modelos de certificação de competências profissionais.

## PROGRAMAÇÃO

**14h30:** Abertura:

Deputado **Mário Heringer** - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados;

Ministro **Nilmário Miranda** – Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

Sra. **Rosiana Queiroz** – Representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos-MNDH;

Sra. **Ronidalva Melo** - Representante da Fundação Joaquim Nabuco;

Sr. **Massimo Campedelli** – Presidente do Movimento Leigos América Latina-MLAL ProgettoMondo;

Sr. **Alberto Colella** – Conselheiro da Embaixada da Itália.

**14h45** – Apresentação do Vídeo Unicidade

**15h** - Apresentação da “Proposta de Profissionalização, Reconhecimento e Certificação do Agente de Cidadania e Direitos Humanos”

Expositor:

1. Sr. **José Cláudio Rocha** – Dirigente da Associação dos Advogados da Terra-AATR/BA.

**15h30** – Painel de debates

Debatedores:

2. Deputado **Luiz Couto**
3. Senador **Antonio Iovene** – Representante da Comissão Extraordinária dos Direitos Humanos do Senado Italiano;
4. Sr. **Marcelo Alvares Souza** – Coordenador-Geral de Certificação e Orientação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego.

**18h** - Encerramento

## IX Conferência Nacional de Direitos Humanos 29 e 30 de junho e 01 e 02 de julho de 2004

A IX CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS foi realizada no período de 29 e 30 de junho, 01 e 02 de julho de 2004, em parceria com a

Secretária Especial dos Direitos Humanos e o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos.

Este foi o primeiro ano em que a Conferência Nacional teve caráter deliberativo. Entretanto, somente tiveram direito a voto os delegados previamente eleitos por Conferências Estaduais.

Maior evento da área dos direitos humanos no Brasil a Conferência Nacional de Direitos Humanos, tem se realizado desde 1996, quando foi criada a Comissão de Direitos Humanos, órgão que patrocinou as primeiras oito edições. É um espaço solidário, democrático e pluralista de definição de estratégias para a promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil e para a plena integração do país nos sistemas internacionais da área. Ao longo de oito edições, a Conferência consolidou-se como um encontro anual entre variados atores dessa plataforma de luta, quer atuem nas instituições do Estado, quer nas organizações da sociedade civil numa rica troca de experiências e idéias.

A IX Conferência Nacional de Direitos Humanos teve como objetivo formular propostas para a construção do Sistema Nacional de Proteção dos Direitos Humanos, sendo precedida por conferências estaduais e municipais que partilham o mesmo tema: "Implementando o Sistema Nacional de Direitos Humanos".

### **Campanha: "Quem financia a baixaria é contra a cidadania"**

A campanha contra a baixaria na TV completou dois anos no dia 13 de novembro de 2004, com saldo positivo e com avanços significativos para melhorar o conteúdo da programação televisiva.

A afirmação é do coordenador da campanha, deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), que citou, entre as conquistas deste período, a mobilização da população e de entidades em defesa da campanha.

"Contamos com o apoio de 60 entidades nacionais e de mais de 100 entidades estaduais e já estamos com coordenação regional em 13 estados", enumerou Fantazzini.

O deputado contabiliza também entre as conquistas a ampliação do número de funcionários do Ministério da Justiça que trabalham na classificação dos programas por faixa etária. O Ministério, provocado pela campanha, criou uma comissão para estudar mudanças nos critérios de classificação da programação.

"Estabelecemos ainda uma parceria informal com os Ministérios Públicos federal e estaduais nas ações para melhorar a qualidade da TV", completou Fantazzini.

O coordenador lembrou também a grande adesão da população ao "Dia Nacional Contra a Baixaria na TV", realizado no dia 17 de outubro de 2004. Na ocasião, o

Ibope registrou uma queda de 14% dos aparelhos de televisão ligados no horário estipulado para o boicote.

**Vitória** – O sucesso da campanha, segundo Fantazzini, também pode ser medido pelas reações de apresentadores como o Ratinho, do SBT, de que “baixaria não convive bem com anunciantes”. Ratinho fez a declaração depois de ter ficado no topo do 4º ranking da lista da baixaria divulgado pela campanha.

Outra vitória do grupo, segundo Fantazzini, foram as mudanças promovidas no programa “Domingo Legal”, também do SBT. “O apresentador Gugu Liberato fez alterações positivas depois que seu programa liderou o 2º ranking da baixaria”, afirmou Fantazzini.

Como exemplo de mudança, o deputado lembrou que o programa deixou de apresentar entrevistas falsas, pegadinhas que humilhavam os participantes ou programas que expunham a miséria do povo.

Fantazzini contabiliza ainda como saldo positivo da campanha mudanças no “Domingão do Fautão”, da Globo, que já não faz mais tantos closes dos bumbuns femininos. A apresentadora Márcia Goldschmidt, da Rede Bandeirantes, também mudou seu programa. “Mas ela ainda continua vendendo ilusões de que resolverá todos os problemas pessoais e permanece explorando a miséria das pessoas”, criticou o coordenador da campanha.

Por causa dessas atitudes, Fantazzini destacou que recentemente uma pessoa que foi iludida pela apresentadora invadiu o seu programa com uma arma em punho. “O cuidado, que queria apenas rever seu filho acabou preso e sem resolver o seu problema”, lamentou.

**Caso perdido** – O coordenador da campanha considera o apresentador João Kleber um caso perdido, a maior decepção da campanha.

“Ele por três vezes liderou o ranking da baixaria, e só não esteve em outros porque veio aqui e assumiu perante a coordenação da campanha um compromisso de melhorar seu programa. Mas o que ocorreu foi contrário: ele piorou e continua expondo as pessoas ao ridículo principalmente com o teste da fidelidade”, afirmou.

**Desafios** – Um dos desafios para o terceiro ano da campanha, segundo Fantazzini, será a realização de seminário da coordenação da campanha com integrantes dos Ministérios Públicos federal e estaduais para a harmonização das ações em defesa da programação de qualidade na TV.

Fantazzini disse que já pediu também audiência com o ministro da Educação, Tarso Genro, para propor um trabalho conjunto nas escolas. “É preciso alertar as crianças e os jovens, alvos preferenciais da programação livre da televisão”, explicou

**Encontro com os maiores anunciantes em rádio e televisão, objetivando a promoção de um diálogo que possa resultar numa parceria com a Campanha “Quem Financia a baixaria é contra a cidadania**

O coordenador da Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, deputado Orlando Fantazzini (PT/SP), convidou os 100 maiores anunciantes em rádio e TV do País para um encontro no dia 02 de dezembro. O encontro teve como objetivo buscar um diálogo que possa resultar numa parceria com a campanha "Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania". A campanha é uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e cerca de 60 entidades da sociedade civil.

Convidados:

FIAT do Brasil

ABA – Associação Brasileira de Anunciantes

Kaiser

**Campanha contra a baixaria na TV divulga o VIII ranking no Fórum Social Mundial**

A Campanha quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e cerca de 60 entidades da sociedade civil, participou do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, com o objetivo de discutir a Ética e o Controle Social da Programação Televisiva. **O debate aconteceu dia 29 de janeiro, das 15h30 às 17h30**, sob a coordenação do professor Edgar Rebouças, representante da Campanha no Rio Grande do Sul.

**Durante o painel, foi divulgado o VIII ranking dos cinco programas que mais desrespeitam os direitos humanos na televisão. E pela primeira vez, desde que foi criada há 2 anos, a Campanha tornou público o nomes das empresas que anunciam nos programas denunciados pela sociedade.**

O debate contou com a participação do coordenador da Campanha, deputado federal Orlando Fantazzini (PT/SP), que discorreu sobre os objetivos e experiências da Campanha. Também participaram do evento, como expositores, Ela Wiecko Volkmer de Castilhos, procuradora dos Direitos dos Cidadãos com o tema ações do Ministério Público Federal contra as violações de direitos humanos na programação da TV brasileira; o professor de comunicação da USP, Laurindo Leal, relatou às experiências internacionais no controle social da televisão. O painel contou, ainda, com a presença internacional da canadense Monique Simard, produtora de documentários da Virage Productions, no Canadá.

O deputado Fantazzini enfatizou que a Campanha terá, a partir de agora, um novo perfil. "Nossa pretensão é continuar insistindo em criar, por meio de lei, um controle social e um instrumento que assegure a defesa do telespectador frente à programação de televisão, conforme já está disposto na Constituição".

O próximo passo da Campanha será a mobilização em torno da aprovação do projeto de lei 1600/03, que cria o Código de Ética e o Conselho de Acompanhamento da Programação, de autoria do deputado Orlando Fantazzini, propõe criar também a Comissão Nacional pela Ética na Televisão.

### **Subcomissões Permanentes e Especiais criadas em 2004**

1. Subcomissão Permanente de Defesa dos Direitos Fundamentais e de Minorias.
2. Subcomissão Permanente Pró-Cidadania da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso que dará continuidade aos trabalhos de acompanhamento, debate e fiscalização da implementação dos direitos da pessoa portadora de deficiência e do idoso, e de proposição de políticas públicas direcionadas a estes segmentos.
3. Subcomissão Permanente do Sistema Prisional, de Proteção às Vítimas de Violência e de Combate à Tortura, Execuções Sumárias, Grupos de Extermínio e Trabalho Escravo.
4. Subcomissão Especial de Assistência e Proteção aos Dependentes de Substâncias que Causam Dependência Física e Psíquica.
5. Subcomissão Especial de Defesa dos Direitos Humanos na Acessibilidade à Saúde.

### **Missões Externas**

02 a 05/06/04 - Audiências junto a autoridades de Belém/PA e São Luís/MA, para tratar sobre as investigações feitas pela Polícia Federal naquelas cidades sobre o caso das crianças de Altamira/PA. (foram designados os Deputados Marcus Vicente e Pastor Reinaldo).

05/11/04 – O Deputado Orlando Fantazzini, participou, como expositor, de palestra sobre o tema: “A qualidade dos programas de TV no Brasil”, realizada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

11 a 12/01/05 – O Presidente Deputado Mário Heringer, juntamente com os Deputados Luiz Alberto e Luiz Couto realizaram visita a cidade de Fortaleza/CE, com o objetivo de apurar ocorrência de incineração de documentos reservados, secretos ou relativos a serviços de inteligência, referentes ao período da ditadura.

## PROJETOS APROVADOS NA CDHM EM 2004

1. **PROJETO DE LEI Nº 773/2003** – do Sr. Bismack Maia – que “altera o artigo 5º da Lei nº 1060, de 05 de fevereiro de 1950”.  
RELATOR: Deputado **Orlando Fantazzini**  
PARECER: pela aprovação
2. **PROJETO DE LEI Nº 1.735/2003** - do Sr. Carlos Abicalil – que “acrescenta parágrafo 3º ao Artigo 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.  
RELATOR: Deputado Orlando Fantazzini  
PARECER: pela aprovação, com emenda